

---

---

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE  
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE  
QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA  
ALUPAR INVESTIMENTO S.A.**

**ENTRE**

**ALUPAR INVESTIMENTO S.A.**

**E**

**PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

**DATADO DE**

**23 DE NOVEMBRO DE 2009**

---

---

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA  
ALUPAR INVESTIMENTO S.A.**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE  
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE  
QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA  
ALUPAR INVESTIMENTO S.A.**

Pelo presente instrumento, de um lado

**ALUPAR INVESTIMENTO S.A.**, companhia aberta com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855 – Bl. 1 – 9º andar, Sala A, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.364.948/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Alupar”, “Companhia” ou “Emissora”);

e, de outro lado,

**PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, companhia limitada com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, nº 99, 24º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.227.994/0001-50, representando a comunhão de debenturistas subscritores e adquirentes das debêntures objeto da presente emissão (“Debenturistas”), neste ato representada na forma de seu Contrato Social, doravante simplesmente denominada Agente Fiduciário (“Agente Fiduciário”);

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Alupar Investimento S.A. (“Escritura”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I  
AUTORIZAÇÃO**

A presente Escritura é firmada com base nas deliberações tomadas na Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 09 de novembro de 2009 (“RCA”), arquivada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) sob o nº 439.975/09-1, em 16 de novembro de 2009, com posterior publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo (“DOESP”) e no jornal “Valor Econômico”, em 19 de novembro de 2009, de acordo com o disposto no artigo 62, I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), que deliberou sobre: (i) os termos e as condições da Emissão, incluindo (ii) as condições constantes do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

## CLÁUSULA II REQUISITOS

A segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública pela Emissora (respectivamente a “Emissão” ou “Oferta” e as “Debêntures”) será realizada com observância dos seguintes requisitos:

### **2.1 Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação da Ata da RCA**

A ata da RCA de 09 de novembro de 2009, que deliberou a Emissão, foi devidamente arquivada na JUCESP e publicada no jornal “Valor Econômico” e no “DOESP”, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações, em 19 de novembro de 2009.

### **2.2 Arquivamento da Escritura na Junta Comercial do Estado de São Paulo**

Esta Escritura e seus eventuais aditamentos (“Aditamentos”) serão arquivados na JUCESP, conforme disposto no artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

### **2.3 Registro na Comissão de Valores Mobiliários**

A Emissão será registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) na forma da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei nº 6.385/76”), da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”) e demais disposições legais, regulamentares e autorregulatórias aplicáveis.

### **2.4 Procedimento Simplificado de Registro**

O registro da Oferta será requerido por meio do Procedimento Simplificado, nos termos da Instrução CVM nº 471, de 08 de agosto de 2008 (“Instrução CVM 471”), do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários e do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para as Atividades Conveniadas (respectivamente, “Código de Ofertas Públicas ANBID” e “Código do Convênio ANBID”).

### **2.5 Registro para Distribuição e Negociação**

As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário, respectivamente, no SDT – Sistema de Distribuição de Títulos (“SDT”) e no SND – Sistema Nacional de Debêntures (“SND”), administrados e

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA  
ALUPAR INVESTIMENTO S.A.

operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”), sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP.

**CLÁUSULA III**  
**CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

**3.1. Objeto Social da Emissora**

De acordo com o Estatuto Social da Emissora, a Emissora tem por objeto social as seguintes atividades: (i) a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infra-estrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista; (ii) a geração, transformação, transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma; (iii) a elaboração de estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação, a manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, subestações, rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares; e (iv) a realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infra-estrutura.

**3.2. Número da Emissão**

A presente Escritura contempla a Segunda Emissão Pública de Debêntures da Emissora.

**3.3. Valor Total da Emissão**

O valor total da Emissão é de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão, observado o disposto na Cláusula 3.7 desta Escritura.

**3.4. Número de Séries e Quantidade de Debêntures**

3.4.1. A Emissão será realizada em até duas séries (“Séries”). Conforme disposto no parágrafo terceiro do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, as debêntures da segunda série (“Debêntures da Segunda Série”) não poderão ser emitidas sem que antes tenham sido colocadas todas as debêntures da primeira série (“Debêntures da Primeira Série”) e quando em conjunto com as Debêntures da Segunda Série, as “Debêntures”) ou cancelado o saldo não colocado.

3.4.2. A Emissão será composta de 250.000 (duzentas e cinquenta mil) Debêntures. O número de Debêntures por série será definida após a conclusão do procedimento de coleta de ordens de investimentos a ser conduzido pelos Coordenadores e pelo Coordenador Contratado, para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros, no âmbito da Oferta, nos termos

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA  
ALUPAR INVESTIMENTO S.A.**

do disposto no parágrafo primeiro do artigo 23, e do artigo 44, ambos da Instrução CVM 400.

### **3.5. Destinação dos Recursos**

Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures terão a seguinte destinação:

(a) aproximadamente 18,4% (dezoito vírgula quatro por cento) dos recursos captados, totalizando aproximadamente R\$46.000.000,00 (quarenta e seis milhões de reais) para pagamento de dívidas representadas pelos seguintes instrumentos de dívida: (i) Cédula de Crédito Bancário nº 100109090012600 no valor principal de R\$9.000.000,00 (nove milhões de reais), com encargos de 135% (cento e trinta e cinco por cento) da Taxa DI e vencimento em 26 de janeiro de 2010, emitida em face do Banco Itaú BBA S.A., (ii) Cédula de Crédito Bancário nº 100109060016800, no valor principal de R\$12.200.000,00 (doze milhões e duzentos mil reais), com encargos de 135% (cento e trinta e cinco por cento) da Taxa DI e vencimento em 28 de dezembro de 2009, emitida em face do Banco Itaú BBA S.A.; (iii) Cédula de Crédito Bancário nº 10010908001200, no valor principal de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), com encargos de 135,5% (cento e trinta e cinco vírgula cinco por cento) da Taxa DI e vencimento em 23 de novembro de 2009, emitida em face do Banco Itaú BBA S.A.; (iv) Cédula de Crédito Bancário nº 10080823, no valor principal de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), com encargos de 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida de 5,500% a.a., correspondente a 0,4472% a.m. e vencimento em 1 de julho de 2010, emitida em face do Banco Votorantim S.A.; (v) Contrato de Mútuo nº 271020079, com valor principal de R\$3.800.000,00 (três milhões e oitocentos mil reais), com encargos de 130% (cento e trinta por cento) da Taxa DI, garantido por notas promissórias emitidas pela Emissora com aval da Guarupart Participações Ltda., firmado com o Banco Santander (Brasil) S.A. e com vencimento em 23 de setembro de 2010, e (vi) Nota de Crédito Comercial no valor principal de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), com encargos de 140% (cento e quarenta por cento) da Taxa DI emitida em face do Banco do Brasil S.A. e com vencimento em 28 de maio de 2010;

(b) aproximadamente 32% (trinta e dois por cento) dos recursos captados, totalizando aproximadamente R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), para pagamento de parte das Debêntures da Primeira Emissão da Companhia; e

(c) aproximadamente 49,6% (quarenta e nove vírgula seis por cento) dos recursos captados, totalizando aproximadamente R\$124.000.000,00 (cento e vinte e quatro milhões de reais) para reforço de capital de giro.

Os recursos obtidos por meio das Debêntures da Primeira Emissão da Companhia foram destinados:

(i) ao pagamento dos seguintes mútuos celebrados com a Guarupart Participações Ltda.: (a) Contrato de Abertura de Crédito Recíproco – Mútuo I, celebrado em 26 de dezembro de 2008, conforme posteriormente aditado em 29 de dezembro de 2008, entre a Guarupart

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA  
ALUPAR INVESTIMENTO S.A.**

Participações Ltda. e a Emissora, por meio do qual a Emissora contraiu mútuo no valor de principal de R\$47.000.000,00 (quarenta e sete milhões de reais) e com prazo de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do referido contrato, com renovação automática; e (b) Contrato de Abertura de Crédito Recíproco – Mútuo C0001-09, celebrado em 29 de dezembro de 2008, conforme posteriormente aditado em 2 de março de 2009, entre a Guarupart Participações Ltda. e a Emissora, por meio do qual a Emissora contraiu mútuo no valor de principal de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) e com prazo de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do referido contrato, com renovação automática; e

(ii) financiamento do capital de giro da Emissora.

### **3.6. Colocação e Procedimento de Distribuição**

3.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação, no montante de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), cumulativos entre as séries, de forma não-solidária entre os Coordenadores (abaixo definidos), observado o disposto abaixo com relação às Debêntures Adicionais e às Debêntures Suplementares (conforme abaixo definidas), com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, utilizando-se o procedimento previsto no § 3.º do Artigo 33 da Instrução CVM 400, segundo plano de distribuição elaborado pelos Coordenadores, o qual levará em consideração suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégia dos Coordenadores e da Emissora, observados os termos e condições definidos no Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, em Regime de Garantia Firme, da Alupar Investimento S.A. (“Contrato de Distribuição”) a ser celebrado entre a Emissora, o Banco Itaú BBA S.A. (“Coordenador Líder” ou “Itaú BBA”), o Banco Santander (Brasil) S.A. e o Banco Votorantim S.A. (“Santander” e “Votorantim” e, quando em conjunto com o Itaú BBA, “Coordenadores”) e no Termo de Adesão ao Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, em Regime de Garantia Firme, da Alupar Investimento S.A., a ser celebrado entre os Coordenadores e o Banco ABC Brasil S.A. (“Coordenador Contratado”), com a interveniência da Companhia. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que os Coordenadores, ao elaborar o plano de distribuição, deverão, adicionalmente, assegurar a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, o tratamento justo e equitativo aos investidores, bem como que os representantes de venda dos Coordenadores e do Coordenador Contratado recebam previamente exemplar do prospecto para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder.

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA  
ALUPAR INVESTIMENTO S.A.**

3.6.1.1. As Debêntures serão colocadas pelos Coordenadores junto à pessoas físicas, pessoas jurídicas, fundos de investimento, fundos de pensão, administradores de recursos de terceiros, instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados nos termos da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, levando em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta. Os Coordenadores, com expressa anuência da Emissora, organizarão a colocação das Debêntures perante os investidores interessados, podendo levar em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica.

3.6.1.2 O plano de distribuição, referido no item 3.6.1, deverá contemplar as Debêntures Adicionais e as Debêntures Suplementares (conforme abaixo definidas), caso venham a ser colocadas, observado o disposto no item 3.7 abaixo, bem como o disposto a esse respeito no Contrato de Distribuição.

3.6.2. A colocação das Debêntures somente terá início após: (a) a obtenção do registro da Emissão na CVM; (b) a publicação do anúncio de início de distribuição (“Anúncio de Início”); e (c) a disponibilização do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública de Debêntures da 2ª Emissão da Alupar Investimento S.A. (“Prospecto Definitivo”) para os investidores, nos termos do artigo 54 da Instrução CVM 400.

3.6.3. O prazo de colocação das Debêntures será de até 6 (seis) meses, nos termos do artigo 18 da Instrução CVM 400, contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início ou até a data da publicação do anúncio de encerramento, o que ocorrer primeiro (“Prazo de Colocação”). O prazo de subscrição das Debêntures, em regime de garantia firme de colocação, será de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início. Após a integral colocação das Debêntures, será publicado o respectivo anúncio de encerramento da distribuição das Debêntures (“Anúncio de Encerramento”).

3.6.4. Será adotado procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400/03 (“Procedimento de Bookbuilding”), sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos para a definição da quantidade de Debêntures da Primeira e da Segunda Séries e das respectivas taxas de Remuneração das Debêntures.

### **3.7. Opção de Lote Suplementar e de Lote Adicional**

3.7.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e observado o limite estabelecido pelo Artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, aumentar a quantidade de Debêntures a serem distribuídas nos termos desta Escritura em até 20% (vinte por cento) com relação à quantidade originalmente aqui prevista, sem a necessidade de novo pedido

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA  
ALUPAR INVESTIMENTO S.A.**

de registro à CVM, nos termos do parágrafo segundo do artigo 14 da Instrução CVM 400 (a “Opção de Lote Adicional”).

- 3.7.2. Sem prejuízo do disposto acima, para atender a um eventual excesso na demanda pelas Debêntures, a Emissora poderá outorgar aos Coordenadores, observado o limite estabelecido pelo Artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, a opção de aumentar a quantidade de Debêntures a serem emitidas nos termos desta Escritura em até 15% (quinze por cento) com relação à quantidade originalmente aqui prevista, respeitadas as mesmas condições e preço das Debêntures originalmente ofertadas e observado o Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400 (a “Opção de Lote Suplementar”).
- 3.7.3. Caso venham a ser emitidas Debêntures relativas ao Lote Suplementar e/ou ao Lote Adicional de qualquer das séries, as mesmas serão colocadas em regime de melhores esforços.

### **3.8. Limite da Emissão**

A Emissão (incluindo eventual exercício da Opção de Lote Suplementar e/ou do Lote Adicional de que trata a Cláusula 3.7 acima) atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que o capital social da Emissora é de R\$ 804.001.000,00 (oitocentos e quatro milhões e um mil reais), na data de assinatura desta Escritura, sendo, portanto, superior ao valor da Emissão, acrescido do montante das debêntures de emissão da Companhia atualmente em circulação, conforme demonstrado abaixo:

1ª Emissão de Debêntures, da espécie quirografária – Saldo devedor aproximado em 31.10.2009	R\$ 151.805 mil
2ª Emissão de Debêntures, da espécie quirografária	R\$ 250.000 mil
<b>Emissões de Debêntures, da espécie quirografária</b>	<b>R\$ 401.805 mil</b>
<b>Capital Social em 31.10.2009</b>	<b>R\$ 804.001 mil</b>

### **3.9. Banco Mandatário e Instituição Depositária**

- 3.9.1. O banco mandatário da Emissão será o Banco Itaú S.A. (atual denominação do Itaú Unibanco S.A., em fase de homologação pelo Banco Central do Brasil) (“Banco Mandatário”) e a Instituição Depositária da Emissão será a Itaú Corretora de Valores S.A. (“Instituição Depositária”), cujas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o atual Banco Mandatário e a atual Instituição Depositária na prestação dos serviços previstos neste item.
- 3.9.2. A Instituição Depositária será responsável por efetuar a escrituração das Debêntures e o Banco Mandatário por operacionalizar o pagamento e a liquidação da



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA  
ALUPAR INVESTIMENTO S.A.

Remuneração das Debêntures e de quaisquer outros valores devidos pela Emissora relacionados à Debêntures.

**CLÁUSULA IV**  
**CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

**4.1. Características Básicas**

4.1.1. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures é de R\$1.000,00 (um mil reais) na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”).

4.1.2. **Classe e Forma:** As Debêntures serão da classe simples, não conversíveis em ações, da forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.3. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária, sem garantia.

4.1.4. **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos, a data de Emissão de cada uma das séries será o dia 15 de dezembro de 2009 (“Data de Emissão”).

4.1.5. **Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 4 (quatro) anos a contar da Data de Emissão (“Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série”), com vencimento final em 15 de dezembro de 2013, ressalvadas as hipóteses de Vencimento Antecipado (conforme abaixo definido) estabelecidos nesta Escritura. As Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão (“Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série” e quando em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, “Data de Vencimento”), com vencimento final em 15 de dezembro de 2014, ressalvadas as hipóteses de Vencimento Antecipado (conforme abaixo definido) estabelecidos nesta Escritura. Por ocasião da Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definidas), pelo Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado, se for o caso, acrescido da Remuneração das Debêntures (conforme definido abaixo) devida.

4.1.6. **Quantidade de Debêntures Emitidas:** Serão emitidas 250.000 (duzentas e cinquenta mil) Debêntures em até duas séries. A Emissão será realizada em duas séries, sendo que o número de Debêntures a ser alocado a cada série será definido de acordo com a demanda pelas Debêntures, conforme apurado em Procedimento de *Bookbuilding*.

**4.2. Remuneração das Debêntures**

4.2.1. **Remuneração das Debêntures da Primeira Série.** A partir da Data de Emissão, as Debêntures da Primeira Série farão jus a uma remuneração (“Remuneração das Debêntures da Primeira Série”) que contemplará juros remuneratórios incidentes

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA  
ALUPAR INVESTIMENTO S.A.

sobre seu Valor Nominal Unitário. As Debêntures da Primeira Série renderão juros correspondentes à acumulação das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, calculadas e divulgadas pela CETIP (a “Taxa DI”), capitalizada de um spread ou sobretaxa a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, limitado ao *spread* máximo de 1,90% (um inteiro e noventa centésimos por cento) ao ano, com base em 252 dias úteis (“Acréscimo sobre a Taxa DI”), conforme previamente aprovado na RCA, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, a partir da Data de Emissão, e, imediatamente após a primeira data de amortização, nos termos do item 4.3.1 abaixo, ao Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido na Cláusula 4.2.4.1, de acordo com a fórmula abaixo.

As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis*, desde a data de Emissão até a data do efetivo pagamento dos juros, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização, conforme definido na Cláusula 4.2.4.1.

O cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]$$

onde:

J	valor da Remuneração das Debêntures da Primeira Série devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
VNe	valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário das Debêntures da Primeira Série, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
FatorDI	produtório das Taxas DI, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

k	número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;
n	número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA  
ALUPAR INVESTIMENTO S.A.

**TDI<sub>k</sub>** Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

*onde:*

**DI<sub>k</sub>** Taxa DI de ordem k divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

**FatorSpread** Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

*onde:*

**spread** spread ou sobretaxa, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais;

**DP** É o número de dias úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior e a data atual ou data de pagamento da Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, sendo “DP” um número inteiro;

O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão  $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$  é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA  
ALUPAR INVESTIMENTO S.A.

Se até a data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa  $DI_k$  pela CETIP, será aplicada na apuração de  $TDI_k$  a última Taxa  $DI_k$  divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa  $DI_k$  que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa  $DI_k$  for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos abaixo quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures da Primeira Série.

*Ausência de Divulgação:* No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Taxa  $DI$ , ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar do evento, realizar a Assembléia Geral de Debenturistas da Primeira Série (no modo e prazos estipulados na Cláusula X desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures da Primeira Série a ser aplicado.

Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração das Debêntures da Primeira Série entre a Emissora e os Debenturistas representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da Primeira Série, conforme definido na Cláusula 10.2.2, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal ou Saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série a serem resgatadas, serão utilizadas as fórmulas da Cláusula 4.2.1. e na apuração de  $TDI_k$  será utilizada a última Taxa  $DI_k$  divulgada oficialmente.

- 4.2.2. **Atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série.** O Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, será atualizado, a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (“Atualização da Segunda Série”), sendo o produto da Atualização da Segunda Série automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário e, imediatamente após a primeira data de amortização, nos termos do item 4.3.2 abaixo, ao Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA  
ALUPAR INVESTIMENTO S.A.**

VNa = valor nominal unitário atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;  
VNe = valor nominal unitário da emissão ou saldo do valor nominal unitário da debênture, informado / calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;  
C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[ \left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

Onde:

n = número total de números índices considerados na atualização das Debêntures da Segunda Série, sendo n um número inteiro;  
NI<sub>k</sub> = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures da Segunda Série. Após a data de aniversário, valor do número-índice do IPCA do mês de atualização;  
NI<sub>k-1</sub> = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês do “NI<sub>k</sub>”;  
dup = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou data de aniversário das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior e a data de cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do número-índice do IPCA sendo “dup” um número inteiro;  
dut = número de dias úteis contidos entre a Data de Emissão ou data de aniversário das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior e a próxima data de aniversário das Debêntures da Segunda Série, sendo “dut” um número inteiro.

O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE.

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor.

Considera-se como “data de aniversário” todo dia 15 (quinze) de cada mês, e caso referida data não seja dia útil, o primeiro dia útil subsequente. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas.

Caso, se até a data de aniversário, o número-índice do IPCA referente ao mês de atualização não esteja disponível, deverá ser utilizado um número-índice projetado, calculado com base na última projeção disponível, divulgada pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (“ANDIMA”) (“Número-Índice Projetado” e “Projeção”) da variação percentual do IPCA/IBGE, conforme fórmula a seguir:

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA  
ALUPAR INVESTIMENTO S.A.

$$NI_{kp} = NI_k \times (1 + \textit{Projeção})$$

onde:

$NI_{kp}$  : Número-Índice Projetado do IPCA para o mês de atualização, calculado com 2 casas decimais, com arredondamento;

$NI_k$  : valor do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário. Após a data de aniversário, o valor do número-índice do mês de atualização;

Projeção: variação percentual projetada pela ANDIMA referente ao mês de atualização.

(i) o Número-Índice Projetado será utilizado, provisoriamente, enquanto não houver sido divulgado o número-índice correspondente ao mês de atualização, não sendo, porém, devida nenhuma compensação entre a Emissora e os titulares das Debêntures da Segunda Série quando da divulgação posterior do IPCA que seria aplicável; e

(ii) o número-índice do IPCA/IBGE, bem como as projeções de sua variação, deverão ser utilizados considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo/apuração.

Se a não divulgação do IPCA for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Segunda Série, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário, no caso de não haver substituto legal do IPCA, deverá, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar do evento, realizar a Assembléia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados na Cláusula X desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures da Segunda Série a ser aplicado.

Caso não haja acordo sobre o novo índice para Atualização da Segunda Série entre a Emissora e os Debenturistas representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da Segunda Série, conforme definido na Cláusula 10.2.2, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Segunda Série em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal ou saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Atualização e Remuneração das Debêntures da Segunda Série (conforme definida abaixo) devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série (conforme definida abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA  
ALUPAR INVESTIMENTO S.A.

Atualização aplicável às Debêntures da Segunda Série a serem resgatadas, será utilizada a última variação disponível do IPCA.

**4.2.3. Remuneração das Debêntures da Segunda Série.** A partir da Data de Emissão, as Debêntures da Segunda Série da presente Emissão farão jus a juros remuneratórios (“Remuneração das Debêntures da Segunda Série”), na forma descrita a seguir:

As Debêntures da Segunda Série farão jus a juros remuneratórios a serem definidos de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, com taxa máxima equivalente a 2,25% (dois inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, conforme previamente aprovado na RCA, adicionado à taxa anual indicativa divulgada pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro, para as Notas do Tesouro Nacional, série B (“NTN-B”), com vencimento em 15 de maio de 2013 apurada no segundo dia anterior à realização do Procedimento de *Bookbuilding*, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, imediatamente após a primeira data de amortização, nos termos do item 4.3.2 abaixo, atualizado conforme a Clausula 4.2.2. acima, calculados por dias úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido na Cláusula 4.2.4.2, calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis.

O cálculo dos juros obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNa \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J	valor dos juros remuneratórios devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
VNa	Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Segunda Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
FatorJuros	Fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$FatorJuros = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

taxa	taxa de juros fixa a ser apurada no Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais;
------	--

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA  
ALUPAR INVESTIMENTO S.A.**

**DP** é o número de dias úteis entre a Data de Emissão ou a data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior e a data atual ou data de pagamento da Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, sendo “DP” um número inteiro.

4.2.4. Para fins de cálculo da remuneração das Debêntures da Primeira Série e da Segunda Série (“Remuneração das Debêntures”), define-se “Período de Capitalização”:

4.2.4.1. Para as Debêntures da Primeira Série, como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do próximo pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série .

4.2.4.2. Para as Debêntures da Segunda Série, como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do próximo pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série .

4.2.5. Define-se “Saldo do Valor Nominal Unitário”:

4.2.5.1. Para as Debêntures da Primeira Série, como o Valor Nominal Unitário remanescente após amortizações.

4.2.5.2. Para as Debêntures da Segunda Série, como o Valor Nominal Unitário remanescente após atualização monetária a cada período de amortização.

### **4.3. Amortização**

4.3.1. A amortização das Debêntures da Primeira Série será realizada em 03 (três) parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de dezembro de 2011, a segunda com vencimento em 15 de dezembro de 2012 e a última com vencimento em 15 de dezembro de 2013, conforme tabela a seguir:

<b>Data da Amortização</b>	<b>Definição da fração do Valor Nominal Unitário a ser Amortizado</b>
15 de dezembro 2011	33%
15 de dezembro 2012	33%
15 de dezembro 2013	Saldo do Valor Nominal Unitário



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA  
ALUPAR INVESTIMENTO S.A.**

- 4.3.2. A amortização das Debêntures da Segunda Série será realizada em 03 (três) parcelas anuais, cada uma delas atualizadas monetariamente nos termos da Cláusula 4.2.2., sendo a primeira com vencimento em 15 de dezembro de 2012, a segunda com vencimento em 15 de dezembro de 2013 e a última com vencimento em 15 de dezembro de 2014, conforme tabela a seguir:

<b>Data da Amortização</b>	<b>Definição da fração do Valor Nominal Unitário, Atualizado Monetariamente, a ser Amortizado</b>
15 de dezembro 2012	33%
15 de dezembro 2013	33%
15 de dezembro 2014	Saldo do Valor Nominal Unitário

**4.4. Periodicidade de Pagamento da Remuneração das Debêntures**

- 4.4.1. O pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série será feito semestralmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15, nos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 15 de junho de 2010 e o último pagamento em 15 de dezembro de 2013, na data de vencimento das Debêntures da Primeira Série.
- 4.4.2. O pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série será feito anualmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15, no mês de dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 15 de dezembro de 2010 e o último pagamento em 15 de dezembro de 2014, na data de vencimento das Debêntures da Segunda Série.

**4.5. Local de Pagamento**

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as debêntures registradas no SND; ou (ii) para os Debenturistas que não estejam vinculados a esse sistema, por meio do Banco Mandatário da presente Emissão.

**4.6. Prorrogação dos Prazos**

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do Preço de Subscrição, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

#### **4.7. Encargos Moratórios**

Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, o valor em atraso continuará a ser remunerado nos termos da Remuneração das Debêntures aplicável e, além disso, ficará sujeito à multa moratória convencional de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago, e a juros de mora à taxa de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança.

#### **4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos**

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.7. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração das Debêntures e/ou encargos moratórios a partir da data em que o valor correspondente seja disponibilizado pela Emissora ao Debenturista, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a referida data.

#### **4.9. Preço de Subscrição**

As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração das Debêntures e, para as Debêntures da Segunda Série, da Atualização da Segunda Série, calculadas *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com o disposto na Cláusula 4.2 desta Escritura.

#### **4.10. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização**

As Debêntures desta Emissão poderão, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública, e do Prazo de Colocação, com integralização à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis ao SDT.

#### **4.11. Repactuação**

Não haverá repactuação das Debêntures.

#### **4.12. Publicidade**

Todos os atos, decisões e convocações a serem efetuados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos no jornal Valor Econômico e no DOESP, exceção feita ao fato relevante (previsto no artigo 7º, da Instrução CVM 471), Aviso ao Mercado, ao Anúncio de Início e ao Anúncio de Encerramento que serão publicados apenas no jornal Valor Econômico. Todos os documentos estarão disponíveis na página da Emissora na rede mundial de computadores - Internet ([www.alupar.com.br](http://www.alupar.com.br)).

#### **4.13. Certificados de Debêntures**

A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato, expedido pela CETIP, em nome do Debenturista, quando esses títulos estiverem depositados no SND.

#### **4.14. Liquidez e Estabilização**

Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

#### **4.15. Imunidade de Debenturistas**

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à Instituição Depositária e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos na lei, sem possibilidade dos valores serem restituídos.

#### **4.16. Fundo de Amortização**

Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

### **CLÁUSULA V ADITAMENTO À PRESENTE ESCRITURA**

**5.1.** Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

## CLÁUSULA VI AQUISIÇÃO FACULTATIVA

6.1 **Aquisição Facultativa:** A Emissora poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, adquirir Debêntures em Circulação por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração das Debêntures e, para as Debêntures da Segunda Série, da Atualização da Segunda Série, calculadas *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou data de pagamento da remuneração imediatamente anterior até a data de liquidação da Aquisição Facultativa, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura. As Debêntures adquiridas pela Emissora, na forma deste item, poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado, sendo que as Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, se e quando colocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das Debêntures em Circulação.

## CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. Observado o disposto nesta Cláusula VII, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures, devida desde a Data de Emissão ou data de pagamento da remuneração imediatamente anterior até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos devidos nos termos desta Escritura, mediante entrega à Emissora de simples comunicação por escrito, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos (cada um, um “Evento de Inadimplemento”):

- (a) pedido de autofalência pela Emissora, ou se a Emissora e/ou qualquer de suas controladas tiver sua falência requerida e não elidida no prazo legal ou tiver sua falência decretada;
- (b) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures;
- (c) se a Emissora ou qualquer de suas controladas, propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano;
- (d) se a Emissora ou qualquer de suas controladas, ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA  
ALUPAR INVESTIMENTO S.A.**

- (e) se a Emissora tiver sua liquidação, dissolução ou extinção, ou ainda, qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência, nos termos da legislação aplicável;
- (f) mudança ou alteração do objeto social da Emissora, ou de qualquer de suas controladas, de forma a alterar as atuais atividades principais da Emissora, ou da respectiva controlada, ou a agregar a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios em relação às atividades atualmente desenvolvidas;
- (g) se ocorrer qualquer mudança, transferência ou a cessão, direta ou indireta, do controle societário/acionário da Emissora, ou ainda a incorporação, fusão ou cisão da Emissora e/ou de qualquer de suas controladas, excetuando-se desde já: (i) a incorporação da Guarupart Participações Ltda. pela Cepec Cia de Estudos Patentes e Empreendimentos de Concreto e/ou pela Cime Administração e Participações S.A. e; (ii) reestruturações societárias entre empresas do mesmo grupo econômico, desde que tais reestruturações não impliquem (a) na mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle acionário da Emissora e/ou de qualquer de suas controladas; e (b) na redução da participação societária detida, direta ou indiretamente, pela Emissora em qualquer outra sociedade, que resulte na redução do valor contábil do investimento detido pela Emissora em tal sociedade ou na sociedade resultante de tal reorganização, conforme o caso;
- (h) se a Emissora e/ou qualquer de suas controladas e/ou coligadas promover a alienação direta ou indireta, total ou parcial, de ativos operacionais, que individualmente ultrapassem o valor de R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), ou de forma agregada o valor de R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), ou caso sobre eles forem constituídos quaisquer ônus ou gravames de qualquer natureza, incluindo garantias ou penhoras, exceto se houver a anuência prévia expressa dos Debenturistas, entendendo-se, para fins deste item, “ativos operacionais” como sendo ativos utilizados pela Emissora ou por suas respectivas controladas e/ou coligadas, direta ou indiretamente para prestação de serviço de transmissão e/ou geração de energia elétrica. Não obstante, fica desde já aprovada a constituição de garantias no âmbito da realização de financiamentos de longo prazo a (i) novos projetos de infra-estrutura pela Emissora, qualquer de suas controladas e/ou coligadas, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, organismos multilaterais de desenvolvimento e outros da mesma natureza ou (ii) financiamentos para suportar ampliações de ativos operacionais via autorização da ANEEL na forma de Rede Básica de Novas Instalações – RBNI;
- (i) decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida financeira ou qualquer acordo do(s) qual(is) a Emissora seja parte como mutuária ou garantidora (*cross-default*), que individualmente ou de forma agregada ultrapasse o valor de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), observado que, para fins deste item, nas operações em que a Emissora atue como garantidora, a declaração de vencimento

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA  
ALUPAR INVESTIMENTO S.A.**

antecipado das Debêntures somente ocorrerá caso a Emissora deixe de honrar a garantia concedida no prazo contratualmente estipulado;

- (j) cessão, cessão fiduciária ou qualquer outro tipo de oneração sobre o direito da Emissora de receber, de suas controladas atualmente existentes (ou daquelas que vierem a sucedê-las por incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária), dividendos, juros sobre capital próprio, lucros, rendimentos, receitas ou vantagens decorrentes da condição da Emissora de quotista ou acionista (conforme o caso), sem a anuência expressa dos Debenturistas;
- (k) concessão de mútuos que individualmente ultrapassem o valor de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou de forma agregada o valor de R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), a quaisquer sociedades coligadas, controladoras ou controladas,;
- (l) pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social da Emissora, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso a Emissora esteja inadimplente com relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures;
- (m) redução do capital social da Emissora sem observância do disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- (n) descumprimento de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, desde que não sanada no prazo máximo de 15 (quinze) dias da data em que tal obrigação tornou-se exigível;
- (o) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (p) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura e/ou no Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, em Regime de Garantia Firme, da Alupar Investimento S.A., celebrado entre a Emissora e os Coordenadores, relativo à Emissão;
- (q) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive as ambientais, necessárias para a manutenção ininterrupta das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou por qualquer de suas controladas, desde que (i) cause uma redução igual ou superior a 10% (dez por cento) do faturamento consolidado da Emissora, exceto se, dentro do prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a continuidade das

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA  
ALUPAR INVESTIMENTO S.A.**

atividades da Emissora até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização; e/ou (ii) cujas referidas atividades representem investimento da Emissora em qualquer valor, se o *rating* da Emissão for rebaixado em decorrência da não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças aqui mencionadas;

- (r) protesto de títulos contra a Emissora, no mercado local ou internacional, em valor, que individualmente ou de forma agregada ultrapasse o valor de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), salvo se no prazo de 10 (dez) dias (i) seja validamente comprovado pela Emissora que o(s) protesto(s) foi/foram efetivado(s) por erro ou má-fé de terceiros; (ii) for/forem cancelado(s) o(s) protesto(s); ou (iii) forem prestadas garantias suficientes em juízo;
- (s) transferência, pela Emissora, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, exceto se (i) previamente aprovada pela maioria simples dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, especialmente convocada para esse fim; ou (ii) decorrente de sucessão legal, em virtude de operações societárias não vedadas na presente Escritura;
- (t) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora, que individualmente ou de forma agregada ultrapasse R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas no prazo estipulado para o pagamento;
- (u) não atendimento, pela Companhia, por 2 (dois) trimestres consecutivos, de qualquer dos índices e limites financeiros relacionados a seguir, a serem verificados trimestralmente pelo Agente Fiduciário com base nas informações trimestrais constantes das Informações Trimestrais - ITR e/ou das Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP apresentadas pela Emissora à CVM, em até 15 (quinze) dias corridos após a sua divulgação, sendo que a primeira verificação para fins deste subitem ocorrerá com relação às demonstrações financeiras relativas a 31 de dezembro de 2009 e que a verificação ocorrerá até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures:

<b>Índices e Limites apurados com base nos ITRs e DFPS da Controladora</b>	<b>Até 31.12.2009</b>	<b>Até 31.12.2010</b>	<b>Até 31.12.2011</b>	<b>Até 31.12.2012</b>	<b>Até 31.12.2013</b>	<b>Até 30.09.2014</b>
Dívida Líquida Controladora/ (Dividendos + JCP + EBITDA) menor ou igual a:	3.25x	2.75x	2.50x	2.50x	2.50x	2.50x
(Dividendos + JCP + EBITDA) / Despesa Financeira Líquida maior ou igual a:	2.50x	3.50x	3.50x	3.50x	3.50x	3.50x
Dividendos Distribuídos / Lucro Líquido menor ou igual a:	50%	50%	50%	-	-	-

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA  
ALUPAR INVESTIMENTO S.A.**

<b>Índices e Limites apurados com base nos ITRs e DFPS Consolidados</b>	<b>Até 31.12.2009</b>	<b>Até 31.12.2010</b>	<b>Até 31.12.2011</b>	<b>Até 31.12.2012</b>	<b>Até 31.12.2013</b>	<b>Até 30.09.2014</b>
Dívida Líquida Consolidado/ EBITDA Ajustado menor ou igual a:	4.25x	4.25x	4.00x	3.50x	3.50x	3.50x
EBITDA Ajustado / Despesa Financeira Líquida maior ou igual a:	2.00x	2.00x	2.50x	2.50x	2.50x	2.50x
Dívida Bruta / (Dívida Bruta + Patrimônio Líquido + Participação de Acionistas não controladores) menor ou igual a:	70%	70%	70%	70%	70%	70%

onde:

“Despesa Financeira Líquida”: Significa despesa financeira subtraída da receita financeira relativa aos 12 (doze) últimos meses, relativa à Controladora ou ao Consolidado, conforme o caso;

“Dívida Bruta”: É o somatório dos valores das seguintes contas do balanço patrimonial consolidado da Emissora: empréstimos e financiamentos do passivo circulante, debêntures do passivo circulante, dívidas com pessoas ligadas do passivo circulante, empréstimos e financiamentos do passivo exigível a longo prazo, debêntures do passivo exigível a longo prazo e dívidas com pessoas ligadas do passivo exigível a longo prazo;

“Dívida Líquida Consolidado”: É o valor da Dívida Bruta, subtraído de: (i) valor das dívidas financeiras, incluídas no balanço patrimonial consolidado da Emissora, de controladas não operacionais, que sejam garantidas e/ou avalizadas por terceiros e (ii) do valor do caixa e das disponibilidades do ativo circulante do balanço patrimonial consolidado da Emissora, nas datas-base de cálculo dos índices financeiros, conforme estabelecido nesta Escritura;

“Dívida Líquida Controladora”: É o somatório dos valores das seguintes contas do balanço patrimonial não consolidado da Emissora: empréstimos e financiamentos do passivo circulante, debêntures do passivo circulante, dívidas com pessoas ligadas do passivo circulante, empréstimos e financiamentos do passivo exigível a longo prazo, debêntures do passivo exigível a longo prazo e dívidas com pessoas ligadas do passivo exigível a longo prazo, subtraído deste somatório o valor do caixa e das disponibilidades financeiras do ativo circulante, nas datas-base de cálculo dos índices financeiros, conforme estabelecido nesta Escritura exceto os recursos provenientes do FI-FGTS ainda não liberados para utilização;

“Dividendos”: Significa o valor da conta “equivalência patrimonial” das demonstrações financeiras da Emissora, relativo aos 12 (doze) últimos meses;

“Dividendos Distribuídos”: Significa o valor da conta “dividendos distribuídos” das demonstrações financeiras da Emissora, apresentado nas demonstrações de mutação do patrimônio líquido relativo ao período, sendo (i) cumulativo, a partir de 30 de setembro de 2009, para os trimestres findos em 31 de dezembro de 2009, 31 de março de 2010, 30 de



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA  
ALUPAR INVESTIMENTO S.A.

junho de 2010 e 30 de setembro de 2010; e (ii) relativo aos 12 (doze) últimos meses a partir de então;

“EBITDA”: Significa o lucro ou prejuízo líquido da Emissora, relativo aos 12 (doze) últimos meses, antes das despesas (receitas) financeiras líquidas, do imposto de renda e da contribuição social e das despesas de depreciação e amortização;

“EBITDA Ajustado”: Significa o lucro ou prejuízo líquido da Emissora, em bases consolidadas, relativo aos 12 (doze) últimos meses, antes dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização e da participação de acionistas não controladores;

“JCP”: Significa Juros sobre Capital Próprio relativos aos 12 (doze) últimos meses;

“Lucro Líquido”: Significa o valor da conta “lucro líquido” das demonstrações financeiras da Emissora relativo ao período, sendo cumulativo, a partir de 30 de setembro de 2009, para os trimestres findos em 31 de dezembro de 2009, 31 de março de 2010, 30 de junho de 2010 e 30 de setembro de 2010, e relativo aos 12 (doze) últimos meses a partir de então; e

“Patrimônio Líquido”: Significa o valor da conta “patrimônio líquido” das demonstrações financeiras da Emissora relativo à Controladora ou ao Consolidado, conforme o caso.

7.2 Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento, exceção feita aos indicados nas alíneas “a” a “j”, “l”, “o”, “r”, “s” e “t”, o Agente Fiduciário deverá, em até 05 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência do referido evento, convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar acerca da declaração do não vencimento antecipado das Debêntures.

7.3 Na Assembleia de Debenturistas mencionada na Cláusula 7.2 acima, os Debenturistas de cada uma das Séries poderão optar, em votação em separado, por deliberação de Debenturistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação de cada uma das Séries, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures de sua respectiva Série. A decisão da Assembleia de Debenturistas de uma das Séries que declarar o vencimento antecipado das Debêntures da referida Série vincula as Debêntures da outra Série em circulação, devendo o Agente Fiduciário declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes da totalidade das Debêntures em Circulação e exigir o imediato pagamento pela Emissora do saldo devedor do Valor Nominal Unitário da totalidade das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures, devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura.

7.4 Caso, em sendo convocada a Assembleia Geral de Debenturistas nos termos desta Escritura, esta não venha a se realizar, ou caso a Assembleia Geral de Debenturistas se realize e não haja, respeitada a forma de convocação e o quorum estabelecidos nos itens 10.1 e 10.2 abaixo, (i) deliberação na data originalmente estabelecida para sua realização,

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA  
ALUPAR INVESTIMENTO S.A.**

ou (ii) quorum, em qualquer caso decorrente de ato ou fato não imputável ao Agente Fiduciário, este deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do saldo devedor do Valor Nominal Unitário da totalidade das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração das Debêntures, devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura.

7.5 Na hipótese de ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas “a” a “j”, “l”, “o”, “r”, “s” e “t”, da Cláusula 7.1. acima, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas ou notificação à Emissora.

**CLÁUSULA VIII  
OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

8.1.1. Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) dentro de, no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro (i) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social acompanhada do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, caso não se encontrem disponíveis na CVM; (ii) declaração do Diretor de Relação com Investidores atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes na Escritura, desde que previamente solicitado pelo Agente Fiduciário; e (iii) relatório contendo as informações necessárias para o cálculo e acompanhamento dos índices e limites financeiros;
- (b) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993, conforme alterada (“Instrução CVM 202”), ou outra norma que venha a substituí-la, nos prazos ali previstos e, em até 45 (quarenta e cinco) dias após o término dos trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de cada ano, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas Informações Trimestrais (ITRs), acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como declaração do Diretor de Relação com Investidores atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes na Escritura e relatório contendo as informações necessárias para o cálculo e acompanhamento dos índices e limites financeiros;

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA  
ALUPAR INVESTIMENTO S.A.**

- (c) notificação da convocação de qualquer Assembléia Geral, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, contados da referida notificação, e prontamente fornecer cópias de todas as atas de todas as Assembléias Gerais, bem como a data e ordem do dia da assembléia a realizar e de todas as reuniões do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, se instalado, que de alguma forma envolvam a alteração do objeto social da Emissora ou de suas controladas ou sejam relativas às Debêntures;
- (d) os avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e atas de assembléias que de alguma forma envolvam os interesses dos Debenturistas em até 05 (cinco) dias corridos após as respectivas publicações, desde que não se encontrem disponíveis no site da CVM;
- (e) em até 10 (dez) dias corridos e contados do recebimento de solicitação, qualquer informação relevante para as Debêntures que lhe venha a ser solicitada, de maneira razoável, por escrito, pelo Agente Fiduciário;
- (f) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relativa a um Evento de Inadimplemento ou a esta Escritura, em até 1 (dia) dia útil de seu recebimento;
- (g) em até 3 (três) dias de sua publicação, o respectivo Edital de Convocação de qualquer Assembléia Geral;
- (h) informações sobre o descumprimento de qualquer cláusula, termos ou condições desta Escritura, em até 1 (um) dia útil da sua ocorrência;
- (i) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações pecuniárias perante os Debenturistas no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva Data de Vencimento; e
- (j) em até 1 (um) dia útil após tomar ciência, qualquer informação a respeito de qualquer dos Eventos de Inadimplemento referidos na Cláusula 7.1 desta Escritura, ou que seja relevante para a presente Emissão.

8.1.2. Proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos e prazos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais.

8.1.3. Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado, às expensas da Emissora e por ela escolhido dentre lista tríplice encaminhada pelo Agente Fiduciário,

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA  
ALUPAR INVESTIMENTO S.A.**

contendo exclusivamente empresas de auditoria independente de renome internacional) tenha acesso irrestrito, em data previamente acordada com a Companhia, a qual não poderá exceder a 5 (cinco) dias úteis contados de solicitação do Agente Fiduciário: (i) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora referente às suas demonstrações financeiras; e (ii) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora, quando deliberado pela Assembléia Geral de Debenturistas.

8.1.4. Convocar, nos termos da Cláusula X desta Escritura, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça.

8.1.5. Cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas.

8.1.6. Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM.

8.1.7. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos das Instruções CVM aplicáveis, e fornecer aos seus acionistas e Debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado.

8.1.8. Manter em adequado funcionamento um departamento para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço.

8.1.9. Não alterar seu objeto social previsto em seu Estatuto Social de modo que a atividade principal (i) da Emissora deixe de ser a atuação como *holding* de ativos de transmissão e geração de energia elétrica; ou (ii) de suas controladas, consideradas em conjunto, deixe de ser a de transmissão ou geração de energia elétrica, conforme o caso.

8.1.10. Não realizar operações fora de seu objeto social e não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e/ou com esta Escritura.

8.1.11. Notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições (financeiras ou outras) ou nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar, de forma relevante, o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures.

8.1.12. Notificar o Agente Fiduciário e a entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, no prazo máximo de 30 (trinta) dias

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA  
ALUPAR INVESTIMENTO S.A.**

corridos após a ocorrência do evento, exceto se tal interrupção estiver prevista na regulamentação aplicável às atividades da Emissora.

8.1.13. Informar, imediatamente, à entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures sobre qualquer mudança ou imprecisão que afete de forma relevante, diretamente ou indiretamente, as informações prestadas no Prospecto Definitivo e/ou as Debêntures.

8.1.14. Informar à entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures e à CETIP o valor e a data de pagamento do todo e qualquer rendimento referente às Debêntures.

8.1.15. Obter, observar os termos de, e praticar todos os atos necessários para manter em pleno vigor todas as autorizações, aprovações, licenças e consentimentos exigidos nos termos da legislação e regulamentação brasileiras para a manutenção ininterrupta das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou qualquer de suas controladas, e necessárias para permitir o cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas na presente Escritura, ou para assegurar a legalidade, validade e exequibilidade dessas obrigações.

8.1.16. Manter válidas e regulares as licenças ambientais relevantes pertinentes às atividades da Emissora e suas controladas, bem como cumprir todas as exigências técnicas nelas estabelecidas, exceto no que se referir a licenças cuja falta, perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a capacidade da Emissora em honrar as obrigações relativas às Debêntures.

8.1.17. Aplicar os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures estritamente conforme descrito na Cláusula 3.5 acima;

8.1.18. Cumprir, em todos os aspectos materiais, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis à Emissora e/ou a qualquer de suas controladas, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos.

8.1.19. Fornecer ao Agente Fiduciário, sempre que por ele solicitado, informações acerca do andamento atualizado dos processos e procedimentos judiciais, administrativos e arbitrais dos quais a Emissora figure como parte, bem como informá-lo em até 02 (dois) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento de qualquer decisão judicial relevante que implique condenação da Emissora e obrigação cujo cumprimento implique dispêndio igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

8.1.20. Manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos pela Emissora às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa;

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA  
ALUPAR INVESTIMENTO S.A.**

8.1.21. Tomar todas as medidas necessárias para:

- (a) Preservar todos seus direitos, títulos de propriedade, licenças (inclusive licenças ambientais) e ativos necessários para a condução dos seus negócios e os negócios de suas controladas, diretas ou indiretas, dentro do respectivo objeto social e das práticas comerciais usuais;
- (b) Manter em boas condições os bens utilizados na condução de seus negócios e na condução dos negócios de suas controladas, diretas ou indiretas, excetuando-se pelo desgaste normal; e
- (c) Pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, observados os períodos de carência aplicáveis, todas as suas obrigações inclusive, mas sem limitação, as de natureza fiscal, trabalhista e comercial.

8.1.22. Contratar e manter contratado, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, (i) agência de *rating* que divulgue relatórios, com periodicidade pelo menos anual, com a súmula da classificação de risco das Debêntures, bem como dar ampla divulgação de tal avaliação de risco ao mercado (ii) banco mandatário e escriturador e (iii) agente fiduciário.

8.1.23. Efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive, honorários advocatícios e outras despesas e custos razoáveis incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas, nos termos desta Escritura.

8.1.24. Dar ampla divulgação ao mercado para cada atualização do relatório da agência de *rating* referido na Cláusula 8.1.22 acima, na forma da Cláusula 4.12 acima.

8.1.25. Informar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer mudança de controle acionário da Emissora.

8.1.26. Encaminhar o relatório de classificação de risco, em até 1 (um) dia útil, à CVM, à CETIP e ao Agente Fiduciário, após a disponibilização do relatório na página da agência classificadora de risco na rede mundial de computadores.

8.2 A Emissora se obriga, em nome de todas suas controladas, existentes na presente data ou que venham a ser criadas, a até que o saldo devedor das Debêntures não seja integralmente pago, observar as obrigações estabelecidas nas Cláusulas 8.1.9, 8.1.10, 8.1.15, 8.1.16, 8.1.18, 8.1.20, e 8.1.21.

## CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO

### 9.1. Nomeação

A Emissora constitui e nomeia o Agente Fiduciário dos Debenturistas da Emissão objeto desta Escritura, Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., qualificado no preâmbulo desta Escritura, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.

### 9.2. Declaração

9.2.1. O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28 de 23 de novembro de 1983 (“Instrução CVM 28”), para exercer a função que lhe é conferida;
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- (vi) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (vii) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA  
ALUPAR INVESTIMENTO S.A.**

- (viii) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (ix) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (x) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (xi) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura; e
- (xii) que verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, conforme disposto na Cláusula 3.8 da presente Escritura.

### **9.3. Remuneração do Agente Fiduciário**

Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- a) Parcelas anuais de R\$12.000,00 (doze mil reais), sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) dia útil após a data de assinatura da presente Escritura e as demais nos mesmos dias dos anos subseqüentes;
- b) O Agente Fiduciário deverá, com exceção ao primeiro pagamento, enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos da data de cada pagamento, sendo que se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades;
- c) As remunerações previstas nas alíneas “a” e “b” acima serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- d) As parcelas referentes a alínea “a” acima serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da primeira parcela referida na alínea “a” acima, até as datas de pagamento de cada parcela subseqüente, calculada *pro rata die* se necessário; e



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA  
ALUPAR INVESTIMENTO S.A.**

g) As remunerações serão acrescidas dos seguintes impostos: Impostos sobre serviço de qualquer natureza (ISS (Impostos Sobre Serviço)), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição Social sobre o Financiamento da Seguridade Social), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

#### **9.4. Substituição**

9.4.1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembléia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

9.4.2. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista na presente Escritura, salvo se outra for negociada com a Emissora, sendo por esta aceita por escrito, prévia e expressamente, observado o disposto na Cláusula 9.3.8 abaixo.

9.4.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo sua substituição.

9.4.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

9.4.5. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e eventuais normas posteriores.

9.4.6. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deve ser arquivada na JUCESP.

9.4.7. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento à Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA  
ALUPAR INVESTIMENTO S.A.**

até sua efetiva substituição.

9.4.8. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os termos e condições, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada pro rata temporis, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembléia Geral de Debenturistas.

9.4.9. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

## **9.5. Deveres**

9.5.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) Proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) Renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) Conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) Verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) Promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) Acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) Emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA  
ALUPAR INVESTIMENTO S.A.**

- (h) Solicitar à Emissora, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e escritórios de registros públicos, dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (i) Solicitar, quando considerar necessário, de forma justificada, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora e por ela escolhida dentre lista tríplice encaminhada pelo Agente Fiduciário, contendo exclusivamente empresas de auditoria independente de renome internacional;
- (j) Convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, no jornal Valor Econômico, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (k) Enviar à CVM e à entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, até a data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à Assembléia Geral de Debenturistas;
- (l) Comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CVM e à entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, no mesmo dia da Assembléia Geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias corridos, cópia da ata da referida Assembléia;
- (m) Elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea “b” do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
  - (m.1) Eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - (m.2) Alterações estatutárias ocorridas no período;
  - (m.3) Comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA  
ALUPAR INVESTIMENTO S.A.**

enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;

- (m.4) Posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (m.5) Acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
- (m.6) Cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, inclusive quanto à manutenção dos índices financeiros previstos na Cláusula 7.1 acima;
- (m.7) Declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- (m.8) Relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- (m.9) Amortização, resgate, aquisição facultativa, conversão, repactuação e pagamentos de Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (n) Colocar à disposição o relatório de que trata a alínea “m” acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
  - (n.1) Sede da Emissora;
  - (n.2) Seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
  - (n.3) CVM;
  - (n.4) CETIP; e
  - (n.5) Sede da instituição financeira que liderou a colocação das Debêntures.
- (o) Publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA  
ALUPAR INVESTIMENTO S.A.**

indicados na alínea “n” acima;

- (p) Manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, ao Banco Escriturador e à CETIP;
- (q) Fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (r) Sem prejuízo do disposto na Cláusula VII acima, notificar os Debenturistas, por edital e individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures e ao Banco Central do Brasil;
- (s) Verificar o cumprimento pela Emissora da obrigação prevista no item 8.1.22 acima, bem como enviar à ANBID os relatórios de classificação de risco das Debêntures, com atualização anual, elaborados pela agência de *rating* contratada pela Emissora, em até 05 (cinco) dias úteis contados da veiculação dos referidos relatórios;
- (t) Calcular os índices financeiros previstos na alínea “u” Cláusula 7.1 acima na periodicidade ali indicada e informar imediatamente os Debenturistas de qualquer descumprimento dos referidos índices financeiros; e
- (u) Convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas.

## **9.6. Atribuições Específicas**

9.6.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura:

- (a) Declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) Requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza quando aplicável;
- (c) Tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA  
ALUPAR INVESTIMENTO S.A.**

- (d) Representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e/ou recuperação extrajudicial, bem como intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.6.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas “a” a “c” acima se, convocada a Assembléia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação unânime das Debêntures em Circulação. Na hipótese do disposto na alínea “d” acima, será suficiente a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação.

## **9.7. Despesas**

9.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

9.7.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula 9.6 será efetuado em até 10 (dez) dias úteis contados da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas.

9.7.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário comprovadamente venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos.

9.7.4. As despesas a que se refere esta Cláusula 9.6 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) Publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) Extração de certidões;

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA  
ALUPAR INVESTIMENTO S.A.**

- (c) Locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (d) Eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

9.7.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias dos títulos emitidos, preferindo a estas na ordem de pagamento.

#### **9.8. Declarações do Agente Fiduciário**

9.8.1. O Agente Fiduciário declara que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, tendo diligenciado no sentido de que fossem sanadas eventuais omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento.

### **CLÁUSULA X ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

À Assembléia Geral de Debenturistas aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

#### **10.1. Convocação**

10.1.1. Os Debenturistas de cada Série poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia Geral de Debenturistas, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de Debenturistas da referida Série. A Assembléia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, da respectiva Série de Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

10.1.2. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

10.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A Assembléia Geral de Debenturistas em segunda

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA  
ALUPAR INVESTIMENTO S.A.**

convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 08 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembléia em primeira convocação.

10.1.4. Independente de publicações e/ou avisos, será considerada regular a Assembléia Geral de Debenturistas de uma determinada Série a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação da referida Série.

10.1.5. Exceto conforme previsto na Cláusula 7.3 acima, as deliberações tomadas pelos Debenturistas de uma determinada Série, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação de tal Série, independentemente de terem comparecido à Assembléia ou do voto proferido na respectiva Assembléia Geral de Debenturistas.

## **10.2. Quorum de Instalação**

10.2.1. A Assembléia Geral de Debenturistas de cada Série instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação da referida Série e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

10.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, considera-se “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures de uma determinada Série subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de (i) empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas); (ii) controladora (ou grupo de controle) da Emissora; e (iii) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

## **10.3. Mesa Diretora**

A presidência da Assembléia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures presentes à assembléia ou àquele que for designado pela CVM.

## **10.4. Quorum de Deliberação**

10.4.1. Exceto conforme previsto na Cláusula 9.6.2 acima, nas deliberações da Assembléia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observado o disposto neste item, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva Série, observado que alterações na



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA  
ALUPAR INVESTIMENTO S.A.**

Remuneração das Debêntures (observado o disposto na Cláusula 4.2. acima), datas de pagamento de remuneração ou de principal e/ou nos itens que dispõem sobre hipóteses de vencimento antecipado e/ou prazo Debêntures e/ou dispositivos sobre quorum previstos nesta Escritura deverão contar com aprovação de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva Série.

10.4.2. Será facultada a presença dos representantes legais da Companhia nas Assembléias Gerais de Debenturistas.

10.4.3. O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembléias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

10.4.4. Aplica-se às assembléias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembléia geral de acionistas.

**CLÁUSULA XI  
DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA**

11.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) É sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil;
- (b) Cada uma de suas controladas foi devidamente constituída e é uma sociedade limitada ou sociedade por ações, conforme o caso, existente de acordo com as respectivas leis de suas respectivas jurisdições, com plenos poderes e autoridade para ser titular, arrendar e operar suas propriedades e para conduzir seu negócios, conforme descrito no prospecto preliminar de distribuição pública de debêntures da 2ª emissão da Alupar Investimento S.A. (“Prospecto Preliminar”) e a ser descrito no Prospecto Definitivo;
- (c) Está devidamente autorizada a celebrar a presente Escritura, a emitir as Debêntures e a cumprir suas respectivas obrigações previstas nesta Escritura, nas Debêntures, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) Esta Escritura constitui, e cada documento a ser entregue nos termos da presente Escritura constituirá, obrigação legal, válida, vinculante e exigível da Emissora, exequível de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral, e tal obrigação não

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA  
ALUPAR INVESTIMENTO S.A.**

esteja subordinada a qualquer outra dívida da Emissora, que não aquelas que gozem de preferência exclusivamente por força de qualquer exigência prevista em lei;

- (e) A celebração da presente Escritura e a emissão das Debêntures foram devidamente autorizadas pelos seus órgãos societários competentes e não infringem (i) seu Estatuto Social; ou (ii) qualquer lei ou restrição contratual que as vinculem ou afetem;
- (f) Nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura ou das Debêntures, ou para a realização da Emissão exceto pelo registro da Oferta na CVM e o registro das Debêntures junto ao SDT e ao SND, as quais estarão em pleno vigor e efeito na data de liquidação;
- (g) A celebração da presente Escritura e a emissão das Debêntures, não infringem qualquer contrato ou instrumento dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora e/ou de qualquer de suas controladas, exceto por aqueles já existentes na presente data ou ainda, (iii) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;
- (h) Os balanços patrimoniais da Emissora datados de 31 de dezembro de 2006, 31 de dezembro de 2007, 31 de dezembro de 2008, de 30 de setembro de 2009 e 30 de setembro de 2008 auditados ou revisados, conforme o caso; e as correspondentes demonstrações de resultado da Emissora referentes aos exercícios ou períodos, conforme o caso, à época encerrados, apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora nas aludidas datas e os resultados operacionais da Emissora referentes aos períodos encerrados em tais datas. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora, fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora que não estejam descritos no Prospecto Preliminar e/ou Prospecto Definitivo;
- (i) Exceto pelas contingências informadas no Prospecto Preliminar e/ou no Prospecto Definitivo, não há perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro (i) qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral que possa causar um impacto adverso relevante na sua situação financeira ou nas suas operações, ou (ii) inquérito ou investigação pendente ou iminente envolvendo a Emissora e/ou qualquer

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA  
ALUPAR INVESTIMENTO S.A.**

de suas controladas, que seja do conhecimento desta e que possa causar um impacto adverso relevante nas suas situações financeiras ou nas suas operações;

- (j) A Emissora e suas controladas estão em cumprimento das leis e regulamentos ambientais a elas aplicáveis, exceto com relação àquelas leis e regulamentos que estejam sendo contestados de boa-fé pela Emissora e/ou por suas controladas, ou para as quais elas possuam provimento jurisdicional vigente autorizando sua não observância;
- (k) A Emissora e suas controladas têm todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo que até a presente data a Emissora e/ou suas controladas não foram notificadas acerca da revogação de qualquer delas ou da existência de processo administrativo que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas;
- (l) A Emissora e suas controladas estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto com relação àquelas leis e regulamentos que estejam sendo contestados de boa-fé pela Emissora e ou pelas suas controladas ou para as quais elas possuam provimento jurisdicional vigente autorizando sua não observância;
- (m) Os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (n) O Prospecto Preliminar contém, e o Prospecto Definitivo conterà, na data de sua disponibilização, todas as informações atualizadas relevantes em relação à Emissora no contexto da presente emissão de Debêntures e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, sendo que as informações, fatos e declarações contidas no Prospecto Definitivo em relação à Emissora são verdadeiras, consistentes, corretas e completas;
- (o) As opiniões, análises e previsões (se houver) expressas no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo em relação à Emissora foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA  
ALUPAR INVESTIMENTO S.A.**

- (p) Não omitiu, ou omitirá, nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora, e/ou de suas controladas, em prejuízo dos Debenturistas;
- (q) Não há fatos relativos à Emissora ou relativos às Debêntures não divulgados no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, cuja omissão, no contexto desta Emissão, faça com que alguma declaração relevante do Prospecto Preliminar e/ou do Prospecto Definitivo, seja enganosa, incorreta ou inverídica;
- (r) Não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão;
- (s) Não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (t) A Emissora e suas controladas prepararam e entregaram todas as declarações de tributos, relatórios e outras informações que, de acordo com o conhecimento da Emissora devem ser apresentadas, ou receberam dilação dos prazos para apresentação destas declarações; todas as taxas, impostos e demais tributos e encargos governamentais devidos de qualquer forma pela Emissora, por quaisquer de suas controladas, ou, ainda, impostas a elas ou a quaisquer de seus bens, direitos, propriedades ou ativos, ou relativo aos seus negócios, resultados e lucros foram integralmente pagos quando devidos, exceto os tributos ou encargos que estão sendo contestados de boa fé e por meio de procedimentos apropriados, iniciados e conduzidos com diligência e em relação aos quais existem reservas ou outras provisões apropriadas, exceto conforme descrito no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, e exceto os tributos, encargos governamentais e outras contribuições cuja falta de pagamento não causaria um impacto adverso relevante;
- (u) A Emissora e suas controladas possuem justo título de todos os seus bens imóveis e demais direitos e ativos de sua propriedade, conforme descrito no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, os quais estão livres e desembaraçados de quaisquer ônus, exceto: (i) conforme descrito no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, (ii) quando, individualmente ou em conjunto, não possam resultar em impacto adverso relevante; e
- (v) A Emissora e suas controladas manterão os seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes de mercado.

11.2. A Companhia obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA  
ALUPAR INVESTIMENTO S.A.**

e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios razoáveis) diretamente incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos da Cláusula 11.1.

11.3. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 11.2, a Companhia obriga-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas mostrarem-se inverídicas ou incorretas na data em que foram prestadas.

**CLÁUSULA XII  
DISPOSIÇÕES GERAIS**

**12.1. Comunicações**

12.1.1. As comunicações e avisos relativos a esta Escritura serão realizados por escrito, e enviados à(s) outra(s) Parte(s) por transmissão via correio ou fac-símile, observando o disposto nesta Escritura.

12.1.2. As notificações relativas a esta Escritura serão enviadas (i) por carta registrada com aviso de recebimento (AR). Em até 24 (vinte e quatro) horas após a postagem, a Parte também deverá encaminhar a notificação por e-mail e/ou fax à(s) outra(s) Parte(s); ou (ii) encaminhadas ou entregues pessoalmente, contra recibo.

12.1.3. As comunicações, avisos e notificações serão endereçados conforme a seguir:

**Para a Emissora:**

**Alupar Investimento S.A.**

Avenida Dr. Cardoso de Melo, nº 1.855, Bloco I, 9º andar, Sala A  
São Paulo – SP

At.: Sr. João Antônio Pinheiro Sampaio Meirelles

Tel.: (11) 2184-9687

Fax: (11) 2184-9689

e-mail: jameirelles@alupar.com.br

**Para o Agente Fiduciário:**

**Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**

Rua Sete de Setembro, nº 99, 24º andar – CEP: 20050-005

Rio de Janeiro – RJ

At.: Sr. Carlos Alberto Bacha / Sr. Rinaldo Rabello Ferreira

Tel.: (21) 2507-1949

Fax: (21) 2507-1773

e-mail: pavarini@pavarini.com.br

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA  
ALUPAR INVESTIMENTO S.A.

**Para o Banco Mandatário:**

**Banco Itaú S.A. (atual denominação do Itaú Unibanco S.A., em fase de homologação pelo Banco Central do Brasil)**

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 9º Andar – CEP: 04344-902  
São Paulo - SP

At.: Sr. Luiz Loureiro

Tel.: (11) 5029-1905

Fax: (11) 5029-1920

e-mail: luiz.loureiro@itau-unibanco.com.br

**Para a Instituição Depositária:**

**Itaú Corretora de Valores S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º Andar – CEP: 04538-132  
São Paulo - SP

At.: Sr. Luiz Loureiro

Tel.: (11) 5029-1905

Fax: (11) 5029-1920

e-mail: luiz.loureiro@itau-unibanco.com.br

**Para a CETIP:**

Av. República do Chile, nº 230, 11º andar, Rio de Janeiro – RJ, ou  
Rua Líbero Badaró, nº 425, 24º andar, São Paulo – SP  
www.cetip.com.br

12.1.4. As comunicações referentes a este Contrato serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações e avisos feitos por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente.

**12.2. Renúncia**

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

### **12.3. Lei Aplicável**

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

### **12.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica**

Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada (“Código de Processo Civil”), reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

### **12.5. Irrevogabilidade; Sucessores**

A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula II acima, obrigando as partes por si e seus sucessores.

### **12.6. Independência das Disposições da Escritura**

Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

### **12.7. Correção de Valores**

Para fins de verificação do cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, todos os valores de referência nela constantes deverão ser corrigidos pelo IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura desta Escritura.

### **12.8. Despesas**

A Emissora arcará com todos os custos, desde que comprovados, (i) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na ANBID, na CVM e no SND; (ii) das taxas de registro; (iii) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura e os atos societários da Emissora; e (iv) pelas despesas com a contratação de Agente Fiduciário, agência de *rating*, assessores legais, Instituição Depositária e Banco Mandatário.

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA  
ALUPAR INVESTIMENTO S.A.**

**12.9. Foro**

Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 23 de novembro de 2009.



*Página de assinaturas 1/3 do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Alupar Investimento S.A.*

**ALUPAR INVESTIMENTO S.A.**

---

Nome:

Cargo:

---

Nome:

Cargo:

*Página de assinaturas 2/3 do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Alupar Investimento S.A.*

**PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

---

Nome:

Cargo:

---

Nome:

Cargo:

*Página de assinaturas 3/3 do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Alupar Investimento S.A.*

**Testemunhas:**

---

Nome:  
CPF:

---

Nome:  
CPF: